

**EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 026/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0327/2023**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 26/10/2023**

**HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:30 MINUTOS  
(HORARIO DE BRASILIA)**

**LOCAL: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAJEDINHO - BAHIA**

**UASG: 983681 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDINHO**

O **MUNICÍPIO DE LAJEDINHO, Estado da Bahia**, com sede na Rua Irineu Machado de Macêdo, 10 - Centro – Lajedinho – Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 13.810.544/0001-60, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de apoio, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço por Lote**, objetivando o **Registro de preços para eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital.**

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2003, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n.º 009/2009, de 06 de maio de 2010, Decreto Municipal n.º 0131/2021, de 19 de Agosto de 2021 e Decreto Federal n.º 10.024 de 20/09/2019 e Instrução Normativa nº 206, de 18 de Outubro de 2019, bem como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PUBLICA: 26 de outubro de 2023 às 09h30min.  
(HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).

UASG: 983681 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDINHO

LOCAL DA SESSÃO PUBLICA: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL -  
[WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR](http://WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR)

1.2. A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO** ocorrerá no dia 26 de outubro de 2023 às 09h30min, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), nos termos das condições descritas neste Edital.

**2. DO OBJETO**

Constitui objeto deste **PREGÃO** o Registro de preços para eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, com cobertura de qualquer tipo de sinistros aos veículos, seus condutores e a terceiros, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital.

2.1. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.lajedinho.ba.gov.br/licitacoes](http://www.lajedinho.ba.gov.br/licitacoes).

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.3. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto a sala da Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua Irineu Machado de Macedo, n.º 10, Centro Administrativo, Centro, CEP: 46.825-000, Lajedinho/BA, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacao@lajedinho.ba.gov.br](mailto:licitacao@lajedinho.ba.gov.br).

### 3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **Menor Preço por Lote**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.2 Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, conforme os critérios definidos no **art. 32** do Decreto Federal n.º 10.024/2019, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

4.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h às 12h e das 14h às 18h, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua Irineu Machado de Macedo, n.º 10, Centro Administrativo, Centro, CEP: 46.825-000, Lajedinho/BA, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacao@lajedinho.ba.gov.br](mailto:licitacao@lajedinho.ba.gov.br).

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4.1.3 O pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

4.2 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [licitacao@lajedinho.ba.gov.br](mailto:licitacao@lajedinho.ba.gov.br).

4.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes.

### 5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-100-digital>, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.

5.1.2 A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

5.1.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.2 Será vedada a participação de empresas:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,
- d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.
- e) Empresas em forma de consórcio

5.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

5.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.3.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.3.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.3.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.3.8 Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 10.7.1, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 10 do edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 11 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

7.9 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.10 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Lajedinho.

7.11 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.12. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1 No dia 26 de outubro de 2023 às 09h30min, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor menor a ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 8.7 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 100 (cem reais)**.
- 8.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, conforme os critérios definidos no **art. 32** do Decreto Federal n.º 10.024/2019, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.12 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.13 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 8.14 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.19.1 no país;
- 8.19.2 por empresas brasileiras;
- 8.19.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.20 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



8.21 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.23 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2021.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5.1 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 **SICAF.**

10.1.2 **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

10.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1 No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.5 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br) ;

10.6 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.6.1 **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.6.2 **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial.

10.7 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.7.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

10.7.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;



10.7.3 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.7.4 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.7.5 Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;

10.7.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

#### 10.7.7 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.7.8 **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, atestando a qualidade dos serviços prestados pelo licitante, compatível em características técnicas, quantidades e prazos com o objeto licitado.

10.7.9 Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto e o período da contratação.

10.7.10 Caso o atestado apresentado não demonstre os elementos de identificação exigidos no item anterior, RECOMENDA-SE que o licitante deva informa-los por meio de declaração acostado ao mesmo, para fins de diligência, caso seja necessário.

10.7.11 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

10.7.13 Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.7.15 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

#### 10.8 Deverá apresentar ainda a **DECLARAÇÃO UNIFICADA**:

##### 10.8.1 **Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO III).**

10.7 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

10.8 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

10.9 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.10 O não atendimento das exigências constantes do item 10 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

10.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO**

11.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe no sistema **COMPRASNET**, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

11.2 Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

11.3 O licitante deverá anexar a **Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até 02 (duas) horas de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 8h às 12h e das 14h00min às 18h00min**, contados da convocação.

11.4 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: [licitacao@lajedinho.ba.gov.br](mailto:licitacao@lajedinho.ba.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por emails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Lajedinho quanto do emissor.

11.4.1 A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

11.4.1.1 Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

11.4.2 É facultado o Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública**.

11.4.3 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11.5 A proposta deverá conter:

11.5.1 **proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;**

11.5.2 **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

11.5.3 **A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.**

11.5.4 **prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

11.5.5 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.

11.5.6 A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.

11.5.7 O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

11.5.8 A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

11.6 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

## 12. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

12.1 A documentação solicitada no item 11, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, **caso solicitado** dever ser apresentadas no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Irineu Machado de Macedo, n.º 10, Centro Administrativo, Centro, CEP: 46.825-000, Lajedinho/BA. Aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos e o pregoeiro responsável: Elenilson de Jesus Machado. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

12.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## 13. DOS RECURSOS

13.1 **Declarado o vencedor**, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

13.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.5 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá que:

- 13.5.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- 13.5.2 motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 13.5.3 manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 13.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 13.8 **Não havendo recurso**, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

#### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - 14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
  - 15.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 15.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
  - 15.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta municipalidade à aquisição do objeto licitado.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo de até o 10º (décimo) dia, contados da apresentação da Nota Fiscal, após a prestação dos serviços.

16.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (**FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL**) em validade para o pagamento.

16.3 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

16.4 Ficam obrigados, a partir da competência de setembro de 2023, a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas e físicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 da Receita Federal do Brasil e suas recentes alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 2145 de 26 de junho de 2023, aplicáveis aos Municípios, por força da previsão do artigo 2º-A.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CONTRATO

17.1 Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
0701	15000000	2033	3.3.90.39.00
0701	16000000	2035	3.3.90.39.00
0602	15000000	2030	3.3.90.39.00
0602	16600000	2029	3.3.90.39.00
0801	15000000	2042	3.3.90.39.00
0201	15000000	2002	3.3.90.39.00
0501	15001001	2009	3.3.90.39.00
0501	15400000	2009	3.3.90.39.00
0501	15430000	2009	3.3.90.39.00
0501	15530000	2009	3.3.90.39.00
0501	15760000	2009	3.3.90.39.00

## 18. CONTRATO

18.1 O contrato será encaminhado através dos correio, para o endereço disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **assinatura do instrumento em 03 (três) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

18.2 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

18.3 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

## 19. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a qualquer tempo, a Contratante poderá:

19.1.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

19.1.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

## **20. DAS PENALIDADES**

20.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 89 e 90, da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se o infrator às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87, do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

20.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

20.3 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

20.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

20.5 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.6 Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

20.7 O contrato do fornecedor poderá ser cancelado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2003 e Lei Federal nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, quando:

I. não forem cumpridas as exigências contidas no Edital ou no Contrato;

II. injustificadamente, o fornecedor deixar de firmar o contrato decorrente desta licitação;

III. o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato, por um dos motivos elencados nos incisos do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

20.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

21.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Lajedinho o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.



21.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

21.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

21.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela prefeitura Municipal de Lajedinho.

21.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

21.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Lajedinho.

## **22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

22.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Lajedinho.

23.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Lajedinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

23.5 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinado pelo Pregoeiro.

23.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

23.7 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

23.8 Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

23.9 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

23.10 Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.

23.11 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

23.12 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

23.13 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

23.14 O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

23.15 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.16 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

23.17 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Lajedinho – BA.

23.18 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro.

23.19 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

23.20 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência;
<b>ANEXO II</b>	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
<b>ANEXO III</b>	Modelo de Declaração Unificada;
<b>ANEXO IV</b>	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
<b>ANEXO V</b>	Modelo de contrato
<b>ANEXO VI</b>	Modelo de Ata de Registro de Preço

Lajedinho, 10 de outubro de 2023.

.....  
Elenilson de Jesus Machado  
Pregoeiro Oficial

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente termo de referência visa orientar a licitação cujo objeto **PREGÃO para o Registro de preços para eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, com cobertura de qualquer tipo de sinistros aos veículos, seus condutores e a terceiros, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital, conforme especificações e quantitativos descritos na forma abaixo:**

**LOTE: 1 – VEÍCULOS LEVES**

Secretaria Municipal de Saúde						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
1	FORD	TRANSIT MINIBUS	2023 / 2023	RPW-2D64	WF0GTTBF9PU010079	
2	FORD	TRANSIT MINIBUS	2023 / 2023	RPW-6J94	WF0GTTBF9PU010082	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Secretaria Municipal de Assistência Social						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
3	FIAT	CRONOS DRIVE1.3AT	2023 / 2023	RPY-4D66	8AP359AFXPU296648	
4	FIAT	CRONOS DRIVE1.3AT	2023 / 2023	RPY-2C45	8AP359AFXPU290160	
5	FIAT	FIAT / STRADA FREEDOM 13CS	2022 / 2022	RPG-7E60	9BD281B3CNYX18427	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Secretaria Municipal de Agricultura						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
6	YAMAHA	CROSSER S ABS	2023 / 2023	RPW-0J52	9C6DG25D0P0012809	
7	YAMAHA	CROSSER S ABS	2023 / 2023	RPU-9J37	PC6DG25D0P0012805	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					

Cidade de Localização	Lajedinho - BA
-----------------------	----------------

Gabinete						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
8	FIAT	TORO ENDUR T270 AT6 FLEX	2023 / 2023	RPW-3J16	9882261PZPKF23679	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
9	FIAT	TORO ENDUR T270 AT6 FLEX	2023 / 2023	RPR-2B73	988226YMPKF06182	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

## LOTE: 2 – VEÍCULOS PESADOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
1	MBENZ / ONIBUS	MBENZ / ONIBUS	2023 / 2023	RPI-0F12	9BM97282PB271027	
2	MBENZ / ONIBUS	MBENZ / ONIBUS	2023 / 2023	RPN-7B83	9BM979277PB272141	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

Secretaria Municipal de Agricultura						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
3	VOLKW / VW/17	VOLKW / VW/17 190 CRM 4X2 ROB	2021 / 2022	RPD-9D64	9536E8238NR050077	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Conforme preconiza o art. 70 da Constituição de 1988. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Tendo em vista que os veículos do município estão em constante deslocamento, tanto na sua área jurisdicional, como para outros municípios no Estado da Bahia, é imprescindível a necessidade de cobertura de seguro para os mesmos, dando mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores, passageiros do transporte escolar e autoridades do município. Para tanto a contratação de uma empresa especializada através de processo licitatório é o meio legal de se planejar e realizar esta despesa.

## 3. DA MODALIDADE:

3.1. Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, **MENOR PREÇO POR LOTE.**

### 3.2. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR LOTE

As licitações do tipo “menor preço” podem ser idealizadas com base no julgamento pelo menor preço por “item”, menor preço por “lote” ou pelo menor preço “global”, a escolha por um ou por outro deverá fundamentar-se nas características do objeto a ser licitado, atentando sempre para o interesse público.

A escolha do critério de julgamento normalmente é motivada por vários fatores que determina a vantajosidade da aquisição, neste caso, quando por lote é porque permitiu o agrupamento dos itens que possuem a mesma natureza e que guardam relação entre si. Quando por item quando a quantidade de itens se torna atrativos para as licitantes acarretando a busca de proposta mais vantajosa para administração. Quando por preço global quando, além de se permitir agrupamento, este a possibilidade de várias empresas no mercado, permitindo a participação de maior número de participantes.

Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens, por lotes ou preço global, que está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/931, de modo a majorar a competitividade do certame.

Inicialmente, vale destacar que a Administração Pública, agindo em nome do interesse público, tem o dever de buscar sempre a economicidade em suas aquisições e contratação de serviços, este princípio deve nortear as licitações públicas e pautar as decisões acerca da aplicação dos recursos financeiros e materiais.

Nesse sentido, Régis Fernandes de Oliveira explica que:

*economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.*

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a seu turno, consagra a tese de que o controle da economicidade, assim como da legitimidade, envolve “questão de mérito, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico, atendendo, por exemplo, a uma adequada relação custo-benefício”.

Já Marçal Justen Filho in Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos ressalta que em princípio, a economicidade traduz-se em mero aspecto da chamada "indisponibilidade do interesse coletivo". Quando se afirma que a licitação destina-se a selecionar a melhor proposta, impõe-se o dever de escolher segundo o princípio da economicidade... A administração pública está obrigada a gerir os recursos financeiros do modo mais razoável. O princípio da economicidade pode reputar-se também como extensão do princípio da moralidade.

Sabe-se a quão extensa é a responsabilidade da Administração, já que sua atuação se dá em nome de terceiros. Os bens públicos pertencem à coletividade, cabendo à Administração geri-los, e adquiri-los da forma mais vantajosa possível.

É essencial planejar as contratações, fazer escolhas adequadas e racionais para, de fato, alcançar a contratação mais vantajosa. Para tanto, uma das particularidades licitatórias que trata da escolha do critério de julgamento/adjudicação deve ser observada de acordo com o que preceitua a lei, respeitando os princípios constitucionais e administrativos, sendo definida após uma análise minuciosa acerca de qual delas é mais apropriada para a licitação a ser realizada, observando as características do objeto.

Por outro lado, licitação por itens, no esclarecimento de Marçal Justen Filho, “consiste na concentração, em um único procedimento, de uma pluralidade de certames, de que resultam diferentes contratos. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjugadamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos”.

**O processo para aquisição dos objetos deste processo foi estruturado por lotes, agrupados tecnicamente por classe já que os itens fazem parte de um conjunto harmônico entre si por entendermos que assim, além da ampliação da competitividade entre empresas com reais possibilidades de atender ao contrato pretende atender a economia de escala. Ou se já, quanto maior a quantidade dos produtos agrupados por lotes, menor seria o preço a ser ofertados pelos licitantes.**

Atendo ao quanto determina o § 7º do art. 23 da Lei 8.666/93 que assim preconiza:

- *§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.*

**Em uma licitação com esta quantidade de itens, devemos ser cuidadosos no critério de julgamentos quando se trata de Municípios que não utiliza a mesma quantidade dos Estados e da União, são**



quantidade menores, uma vez que as licitações são anuais conforme determina a Lei 8.666/93. Ao mesmo tempo, devemos evitar os fornecedores aventureiros, preservar o máximo possível a rotina das unidades que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores.

E mais: O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública, até porque, não existe ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por LOTES, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si, bem como, não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, propiciar a ampla participação de licitante, atendendo assim o que determina o TCU.

**Concluindo, acreditamos ser possível que haja prejuízo para a aquisição total do conjunto e/ou perda de economia de escala, para a quantidade de itens desta licitação, comprometendo a execução do objeto na sua totalidade.**

A Administração, entretanto, apesar de não estar incorrendo em ilegalidade alguma, deve ter os meios para justificar sua escolha de forma a deixar claro que desenhou todo o procedimento licitatório cercado-se de segurança, protegendo-se de futuros prejuízos e sempre na busca da melhor e mais vantajosa contratação e sem restringir participação, sem ferir os princípios da competitividade da economicidade e da isonomia.

A opção pelo critério de menor preço por lote, no caso do objeto em questão, pode reduzir os custos administrativos, e inclusive, custos gerenciais que adviriam de diversos contratos caso a opção fosse pelo critério de menor preço por item, quando várias empresas poderiam pactuar com o Município.

#### **4. DA APOLICE:**

A apólice da presente contratação deverá ser emitida, observando as seguintes coberturas:

4.1.1 Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;

4.2 Assistência 24 (vinte e quatro) horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico, táxi para transportar usuários;

4.3 Veículo substituto (reserva) para 30 (trinta) dias em caso de sinistro, sem que haja a cobrança da caução junto à locadora de veículos contratada pela seguradora;

4.3.1 Os veículos substitutos (reserva), limitar-se-á às categorias de carros do tipo utilitários e de passeio, não se estendendo portanto às categorias ônibus, caminhões e ambulâncias. Salienta-se que ao mencionar veículos substitutos (reserva) este edital se refere a veículos utilitários e de passeio;

4.4 Cobertura para danos corporais, materiais, morais, morte e invalidez de passageiros, pelo período de duração da Ata de Registro de preço 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, segundo especificações contidas no Anexo 1 deste Edital;

4.5 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

4.6 Caberá à empresa licitante elaborar apólice condizente com as exigências deste Edital para que não haja conflito de disposições, o que, ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório.

4.7 A franquia considerada neste Pregão é "obrigatória", observado, no entanto, o seguinte:

4.7.1 A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

4.7.2 Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora e constar obrigatoriamente nas propostas.

4.7.3 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo município de Lajedinho, exclusivamente, à licitante vencedora, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados.

4.7.4 - Deverão ser considerados para os veículos os seguintes valores:

Descrição do Seguro	Valor R\$
Valor segurado para danos corporais	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
Valor segurado para danos materiais	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
Valor segurado para danos morais	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
Morte e Invalidez de Passageiros	R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

4.7.5 Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo município de Lajedinho e processadas pela proponente, mediante endosso.

## 5. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

5.2. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no inciso II, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

## 6. DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia subsequente à entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável e apresentação das certidões de regularidade junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipal, Trabalhista, FGTS e INSS.

## 7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.1. O prazo de validade da ATA de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, observado o que dispõe a legislação pertinente.

## 8. DAS PENALIDADES:

8.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame licitatório que originou a presente ata, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará às fornecedoras as sanções previstas na Lei.

## 9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
0701	15000000	2033	3.3.90.39.00
0701	16000000	2035	3.3.90.39.00
0602	15000000	2030	3.3.90.39.00
0602	16600000	2029	3.3.90.39.00
0801	15000000	2042	3.3.90.39.00
0201	15000000	2002	3.3.90.39.00
0501	15001001	2009	3.3.90.39.00
0501	15400000	2009	3.3.90.39.00
0501	15430000	2009	3.3.90.39.00
0501	15530000	2009	3.3.90.39.00
0501	15760000	2009	3.3.90.39.00

Lajedinho-BA, em 10 de outubro de 2023.

Graziane Silva Sena Brandão  
Secretaria Municipal de Administração

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, cargo, RG....., CPF., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Lajedinho - Bahia, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 026/2023, conforme abaixo discriminado:

<b>MODALIDADE:</b>				
<b>PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2023</b>				
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>				
<b>CNPJ Nº.:</b>				
<b>1. OBJETO</b>				
Registro de preços para eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia				
<b>2. REPRESENTANTE LEGAL:</b>				
<b>TEL: (xx)</b>		<b>FAX: (xx)</b>		<b>E-mail:</b>
<b>Lote</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Preço Total R\$</b>
01				
02				
				<b>Valor Total R\$</b>
<b>PRAZOS:</b>				
<b>VALIDADE:</b>				
<b>GARANTIA:</b>				
<b>3. DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:</b>				
<b>NOME:</b>				
<b>CÉDULA DE IDENTIDADE Nº</b>				
<b>ÓRGÃO EMISSOR:</b>				
<b>CPF Nº</b>				
<b>ENDEREÇO COMPLETO:</b>				
<b>DADOS BANCARIOS:</b>				
<b>FAVORECIDO (EMPRESA):</b>				
<b>BANCO:</b>				
<b>CONTA:</b>				
<b>AGÊNCIA:</b>				

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

O licitante vencedor deverá além de preencher a proposta acima, deverá preencher a tabela abaixo:

### LOTE: 1 – VEÍCULOS LEVES

Secretaria Municipal de Saúde						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
1	FORD	TRANSIT MINIBUS	2023 / 2023	RPW-2D64	WF0GTTBF9PU010079	
2	FORD	TRANSIT MINIBUS	2023 / 2023	RPW-6J94	WF0GTTBF9PU010082	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Secretaria Municipal de Assistência Social						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
3	FIAT	CRONOS DRIVE1.3AT	2023 / 2023	RPY-4D66	8AP359AFXPU296648	
4	FIAT	CRONOS DRIVE1.3AT	2023 / 2023	RPY-2C45	8AP359AFXPU290160	
5	FIAT	FIAT / STRADA FREEDOM 13CS	2022 / 2022	RPG-7E60	9BD281B3CNYX18427	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Secretaria Municipal de Agricultura						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
6	YAMAHA	CROSSER S ABS	2023 / 2023	RPW-0J52	9C6DG25D0P0012809	
7	YAMAHA	CROSSER S ABS	2023 / 2023	RPU-9J37	PC6DG25D0P0012805	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Gabinete						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
8	FIAT	TORO ENDUR T270 AT6 FLEX	2023 / 2023	RPW-3J16	9882261PZPKF23679	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					

Cidade de Localização	Lajedinho - BA	
-----------------------	----------------	--

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
9	FIAT	TORO ENDUR T270 AT6 FLEX	2023 / 2023	RPR-2B73	988226YMPKF06182	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

## LOTE: 2 – VEÍCULOS PESADOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
1	MBENZ / ONIBUS	MBENZ / ONIBUS	2023 / 2023	RPI-0F12	9BM97282PB271027	
2	MBENZ / ONIBUS	MBENZ / ONIBUS	2023 / 2023	RPN-7B83	9BM979277PB272141	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

Secretaria Municipal de Agricultura						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
3	VOLKW / VW/17	VOLKW / VW/17 190 CRM 4X2 ROB	2021 / 2022	RPD-9D64	9536E8238NR050077	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

## 4. CONDIÇÕES DOS PREÇOS PROPOSTOS:

4.1. Os preços unitários dos serviços a serem prestados estão expressos em moeda corrente nacional "Real", sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.2. Nos preços dos serviços, estão inclusos todos os impostos incidentes, bem como o valor da apólice.



## **5. VIGÊNCIA DA APÓLICE:**

A apólice é válida em conformidade a Ata de Registro de Preço 12 (doze) meses.

## **6.CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

A apólice da presente contratação deverá ser emitida, observando as seguintes coberturas:

6.1.1 Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;

6.2 Assistência 24 (vinte e quatro) horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico, táxi para transportar usuários;

6.3 Veículo substituto (reserva) para 30 (trinta) dias em caso de sinistro, sem que haja a cobrança da caução junto à locadora de veículos contratada pela seguradora;

6.3.1 Os veículos substitutos (reserva), limitar-se-á às categorias de carros do tipo utilitários e de passeio, não se estendendo portanto às categorias ônibus, caminhões e ambulâncias. Salienta-se que ao mencionar veículos substitutos (reserva) este edital se refere a veículos utilitários e de passeio;

6.4 Cobertura para danos corporais, materiais, morais, morte e invalidez de passageiros, pelo período de duração da Ata de Registro de preço 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, segundo especificações contidas no Anexo 1 deste Edital;

6.5 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

6.6 Caberá à empresa licitante elaborar apólice condizente com as exigências deste Edital para que não haja conflito de disposições, o que, ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório.

6.7 A franquia considerada neste Pregão é "obrigatória", observado, no entanto, o seguinte:

6.7.1 A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

6.7.2 Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora e constar obrigatoriamente nas propostas.

6.7.3 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo município de Lajedinho, exclusivamente, à licitante vencedora, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados.

6.7.4 - Deverão ser considerados para os veículos os seguintes valores:

Descrição do Seguro	Valor R\$
Valor segurado para danos corporais	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
Valor segurado para danos materiais	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
Valor segurado para danos morais	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
Morte e Invalidez de Passageiros	R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

6.7.5 Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo município de Lajedinho e processadas pela proponente, mediante endosso.

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0327/2023**

**1. DO OBJETO**

**Registro de preços para eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, com cobertura de qualquer tipo de sinistros aos veículos, seus condutores e a terceiros, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital, conforme especificações e quantitativos descritos na forma abaixo:**

**Ào pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de LAJEDINHO, Estado da Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na

....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Lajedinho - Bahia.
- 3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ..... , cuja função/cargo é.(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**
- 4) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Prefeitura Municipal de Lajedinho - Bahia.
- 5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º 026/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

....., ..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

## ANEXO IV

### MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP

(papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0327/2023

#### 1. DO OBJETO

O presente termo de referência visa orientar a licitação cujo objeto é o o **Registro de preços para eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, com cobertura de qualquer tipo de sinistros aos veículos, seus condutores e a terceiros, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital**, conforme especificações e quantitativos descritos na forma abaixo:

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

## ANEXO - V

### MINUTA DO CONTRATO

**O MUNICÍPIO DE LAJEDINHO**, com sede à Rua Irineu Machado de Macedo, nº 10 - Centro – Lajedinho – Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 13.810.544/0001-60, neste ato representado pelo seu prefeito Antônio Mário Lima Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 329.959.385-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, situado à \_\_\_\_\_, adjudicatária vencedora do **Pregão Eletrônico nº 026/2023, Processo Administrativo nº 0327/2023**, neste ato representada pelo Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do(a) Registro de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, com cobertura de qualquer tipo de sinistros aos veículos, seus condutores e a terceiros, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital, de acordo com as especificações constantes do **Anexo I**, do Instrumento Convocatório, condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

1. A apólice da presente contratação deverá ser emitida, observando as seguintes coberturas:

1.1.1 Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;

1.2 Assistência 24 (vinte e quatro) horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico, táxi para transportar usuários;

1.3 Veículo substituto (reserva) para 30 (trinta) dias em caso de sinistro, sem que haja a cobrança da caução junto à locadora de veículos contratada pela seguradora;

1.3.1 Os veículos substitutos (reserva), limitar-se-á às categorias de carros do tipo utilitários e de passeio, não se estendendo portanto às categorias ônibus, caminhões e ambulâncias. Salienta-se que ao mencionar veículos substitutos (reserva) este edital se refere a veículos utilitários e de passeio;

1.4 Cobertura para danos corporais, materiais, morais, morte e invalidez de passageiros, pelo período de duração da Ata de Registro de preço 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, segundo especificações contidas no Anexo 1 deste Edital;

1.5 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

1.6 Caberá à empresa licitante elaborar apólice condizente com as exigências deste Edital para que não haja conflito de disposições, o que, ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório.

1.7 A franquia considerada neste Pregão é "obrigatória", observado, no entanto, o seguinte:



1.7.1 A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

1.7.2 Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora e constar obrigatoriamente nas propostas.

1.7.3 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo município de Lajedinho, exclusivamente, à licitante vencedora, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados.

1.7.4 - Deverão ser considerados para os veículos os seguintes valores:

Descrição do Seguro	Valor R\$
Valor segurado para danos corporais	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
Valor segurado para danos materiais	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
Valor segurado para danos morais	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
Morte e Invalidez de Passageiros	R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

1.7.5 Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo município de Lajedinho e processadas pela proponente, mediante endosso.

§ 1º - É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§ 2º - A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada para cada item contratado.

§ 3º - As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO**

O prazo de entrega do trator agrícola e implemento (roçadeira hidráulica articulada), é de até 60 (sessenta) dias, contado a partir data de expedição da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

**Parágrafo único** - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
0701	15000000	2033	3.3.90.39.00
0701	16000000	2035	3.3.90.39.00
0602	15000000	2030	3.3.90.39.00
0602	16600000	2029	3.3.90.39.00
0801	15000000	2042	3.3.90.39.00
0201	15000000	2002	3.3.90.39.00
0501	15001001	2009	3.3.90.39.00
0501	15400000	2009	3.3.90.39.00
0501	15430000	2009	3.3.90.39.00
0501	15530000	2009	3.3.90.39.00
0501	15760000	2009	3.3.90.39.00

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

§ 1º - O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado, através de crédito em conta corrente, no prazo de até o 10º (décimo) dia subsequente à entrega do trator agrícola e implemento (roçadeira hidráulica articulada), contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento definitivo do objeto licitado.

§ 2º - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

§ 3º - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

§ 4º - Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir da regularização da pendência por parte da contratada.

§ 5º - A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§ 6º - Em conformidade com o art. 40, da Federal nº 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

§ 7º - Ficam obrigados, a partir da competência de setembro de 2023, a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas e físicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de

2012 da Receita Federal do Brasil e suas recentes alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 2145 de 26 de junho de 2023, aplicáveis aos Municípios, por força da previsão do artigo 2º-A.

## CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

§ 1º - Os preços são fixos e irredutíveis.

§ 2º - A revisão de preços **do contrato**, nos termos do art. 65, inciso II, letra “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

§ 3 - A revisão de preços poderá ser realizada a pedido do contratado, ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve os preços dos veículos, devendo a Administração promover as necessárias modificações.

## CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no ANEXO I do instrumento convocatório e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) fornecer o trator agrícola e o implemento (roçadeira hidráulica articulada), de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;
- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando

à perfeita execução deste contrato;

- i) promover, por sua conta e risco, o transporte do trator agrícola e implemento (roçadeira hidráulica articulada);
- j) executar, quando for o caso, a montagem dos veículos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- k) trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado;
- l) oferecer garantia e assistência técnica aos veículos objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
- m) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos veículos;
- n) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos veículos, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA NONA - FORMA DE FORNECIMENTO**

A forma de fornecimento do presente contrato será a de forma imediata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

§ 1º - O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

§ 2º - Fica designado pela **CONTRATANTE**, o senhor(a), **XXXXXX**, inscrito no CPF/MF nº **XXXXXXX**, RG nº **XXXXXXXX**, como gestor deste CONTRATO, bem como para o seu acompanhamento e fiscalização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I. 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a contratada a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- III. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º - A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§ 2º - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, a Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais, e as previstas na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O Contratante poderá rescindir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

As partes elegem o Foro da Cidade do Ruy Barbosa, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Lajedinho, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Antonio Mario Lima Silva  
Prefeito  
{CONTRATANTE}

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal  
Razão Social da Contratada  
{CONTRATADA}

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF/MF:



**ANEXO - VI**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

000	2023
-----	------

AAos .... dias ..... do mês de ..... do ano de ....., presente de um lado o **MUNICÍPIO DE LAJEDINHO/BA**, inscrito no CNPJ nº 13.810.544/0001-60 com sede na Rua Irineu Machado de Macedo, nº 10 - Centro – Lajedinho – Bahia, representado neste ato por seu Prefeito, Antônio Mário Lima Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 329.959.385-49, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e do outro a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada pelo seu representante legal, Senhor (a)....., com sede na ....., neste ato representada pelo Sr(a) ....., portador(a) do(a) Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., simplesmente denominada de FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTROS DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no **Processo Administrativo nº XXX/2023**, referente ao **Pregão Eletrônico nº XXX/2023**, para Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e legislação pertinente, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**1. OBJETO:**

- 1.1. O objeto desta Ata é o registro dos preços classificados no Pregão Eletrônico nº XXX/2023, para **eventual contratação de seguro para a cobertura de veículos, pertencentes à frota do município de Lajedinho, destinados às diversas secretarias municipais de Lajedinho, Bahia, com cobertura de qualquer tipo de sinistros aos veículos, seus condutores e a terceiros de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital**, no qual estão contemplados o prazo de execução e a estimativa das quantidades a serem provavelmente adquiridas ou utilizadas pela Administração, na medida das suas necessidades e segundo a conveniência do serviço público, e que a este termo integram, como se transcritas.
- 1.2. O prazo de validade do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura desta Ata, não sendo admitida prorrogação, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes.
- 1.3. A(s) contratação(ões) derivadas do registro obedecerão às condições da minuta de contrato constante do **Anexo V** deste Instrumento, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento **equivalente**, desde que presentes as condições do art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 1.4. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 1.5. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que efetue as contratações nas oportunidades e quantidades de que necessitar, até o limite estabelecido.
- 1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

## 2. PREÇO:

- 2.1. Os preços a serem praticados encontram-se especificados no **Anexo Único** desta Ata.
- 2.2. Nos preços registrados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.
- 2.3. O órgão ou entidade responsável pelo gerenciamento do Registro de Preços disponibilizará no *site* oficial de compras eletrônicas do Município de Lajedinho, Estado da Bahia, os preços registrados, para orientação dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 2.4. O preço a ser pago será o vigente na data da apresentação da proposta inicial ou da nova proposta apresentada quando da repetição do julgamento, independentemente do preço em vigor na data da entrega do objeto.

## 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 3.1. As despesas decorrentes da execução de cada contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente:
- 3.2. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
0701	15000000	2033	3.3.90.39.00
0701	16000000	2035	3.3.90.39.00
0602	15000000	2030	3.3.90.39.00
0602	16600000	2029	3.3.90.39.00
0801	15000000	2042	3.3.90.39.00
0201	15000000	2002	3.3.90.39.00
0501	15001001	2009	3.3.90.39.00
0501	15400000	2009	3.3.90.39.00
0501	15430000	2009	3.3.90.39.00
0501	15530000	2009	3.3.90.39.00
0501	15760000	2009	3.3.90.39.00

## 4. CONTRATAÇÃO:

- 4.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante deverá manter, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ficando esclarecido que não serão contratados os fornecedores que não estejam com documentação regular.
- 4.2. O fornecedor será convocado para assinatura do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação.
- 4.3. Os órgãos e entidades solicitarão ao fornecedor, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade do Registro de Preços, os quantitativos dos bens de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos neste edital e a ordem de classificação das propostas.
- 4.4. Os órgãos e entidades, observados os critérios e condições estabelecidas neste edital, poderão contratar, concomitantemente, com dois ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do bem do licitante e obedecida a ordem de classificação das respectivas propostas.

4.5. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação, a Administração poderá chamar os demais licitantes que tenham os seus preços registrados, obedecendo a ordem de classificação, e propor a contratação do fornecimento dos bens registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93.

4.6. Na hipótese de os demais licitantes não aceitarem a contratação pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, a Administração poderá contratar os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que os mesmos sejam compatíveis com a média de mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

4.7. A assinatura do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

4.8. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, inclusive quanto aos prazos de vigência.

4.8.1. A alteração ou revisão de preços registrados em Ata não implica em revisão dos preços dos contratos decorrentes do respectivo Registro de Preços, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

4.8.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições constantes na Ata de Registro de Preço, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada para cada item registrado.

4.9. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

## **5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

5.1. Pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado, através de crédito em conta corrente, no prazo de até o 10º (décimo) dia subsequente à entrega dos bens, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento definitivo do objeto licitado.

5.2. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

5.3. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir da regularização da pendência por parte da contratada.

5.4. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

5.5. Em conformidade com o art. 40, da Federal nº 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

## **6. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO:**

6.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições previstas no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. A revisão de preços **registrados em Ata** poderá ser realizada a pedido do beneficiário do registro, ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve os preços dos bens registrados, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços e disponibilizando-o no site oficial.

6.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I. Convocar o fornecedor visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, na hipótese em que resultar frustrada a negociação;
- III. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, na hipótese da comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- III. Instaurar processo administrativo para aplicação de sanção, quando o fornecedor do bem, detentor de preço registrado, não honrar os compromissos assumidos em decorrência das Autorizações de Fornecimento de Material – AFM, respectivamente, para as quais tenha sido convocado até a data da solicitação de negociação ou cancelamento do preço registrado, ou não comprovar a veracidade das alegações apresentadas no pleito de negociação.

6.5. No processo de negociação, o fornecedor somente poderá apresentar novo preço para o item de sua proposta comercial que teve preço classificado na respectiva licitação para o Registro de Preços.

6.5.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à suspensão do item da Ata de Registro de Preços, liberando os órgãos e entidades para a adoção das medidas necessárias para a contratação do item.

6.6. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revistos nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

6.7. A alteração ou revisão de preços registrados em Ata não implica em revisão dos preços dos contratos decorrentes do respectivo Registro de Preços, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

6.8. Em nenhuma hipótese serão registrados preços que se apresentem superiores aos de mercado.

## **7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1. Competirá ao Contratante e ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

7.1.1 competirá ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços:

- a) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

- b) Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- d) Esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- e) Cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- f) Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

**7.1.2 competirá ao Órgão Contratante do Registro de Preços:**

- a) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) Dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- c) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- d) Promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- e) Cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- f) Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- g) Ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- h) Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

7.2. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo certo que esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratado, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

7.3. Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

7.4. O contratante rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de fornecimento em desacordo com as especificações do objeto da licitação.

7.5. O fornecedor se comprometerá a atender com presteza às reclamações sobre a qualidade e pontualidade do fornecimento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Município.

7.6. Em caso de divergência entre a AFM e a Nota Fiscal/Fatura ou entre bens efetivamente entregues, o Fornecedor será notificado para retirá-los imediatamente, sendo a ocorrência comunicada ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços para adoção das providências cabíveis.

## **8. PENALIDADES:**

8.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 89 a 99, da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87, do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



- I. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- III. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

8.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

8.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

8.2.4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

8.2.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.3. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos artigos 88 a 99, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

8.5. O registro de preço do fornecedor poderá ser cancelado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, quando:

- I. Não forem cumpridas as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- II. Injustificadamente, o fornecedor deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços;
- III. o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato, decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados nos incisos do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

## **9. RESCISÃO:**

9.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do art. 79, do mesmo diploma.

9.4. Em consonância com o artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, o registro poderá ser cancelado por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.5. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente ou cancelados pela Administração, nas seguintes hipóteses:



- I. Quando se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- II. por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

9.5.1. A comunicação do cancelamento do preço registrado do fornecedor, nas hipóteses previstas neste item será feita por escrito, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

9.5.2. Na hipótese prevista no inciso I, do item 9.5, antes da suspensão ou cancelamento, a Administração poderá proceder à negociação com o fornecedor, visando à revisão para a redução do preço registrado a fim de compatibilizá-lo com os praticados no mercado.

9.5.3. No caso de ser ignorado ou incerto o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial, considerando cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

9.6. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado, mediante justificativa escrita, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração, que comprove a impossibilidade temporária ou definitiva de cumprir as exigências deste instrumento convocatório.

9.6.1. A apreciação do pedido deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, durante o qual o beneficiário do registro fica obrigado a garantir o fornecimento do bem, sendo que este prazo poderá ser prorrogado, caso haja necessidade de diligência para complementar a análise do pleito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:**

Integra a presente Ata, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo constante do Edital e nos seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO:**

As partes elegem o Foro da Cidade do Ruy Barbosa, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Lajedinho, Bahia, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
**FORNECEDOR**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

## Anexo Único

### LOTE: 1 – VEÍCULOS LEVES

Secretaria Municipal de Saúde						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
1	FORD	TRANSIT MINIBUS	2023 / 2023	RPW-2D64	WF0GTTBF9PU010079	
2	FORD	TRANSIT MINIBUS	2023 / 2023	RPW-6J94	WF0GTTBF9PU010082	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Secretaria Municipal de Assistência Social						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
3	FIAT	CRONOS DRIVE1.3AT	2023 / 2023	RPY-4D66	8AP359AFXPU296648	
4	FIAT	CRONOS DRIVE1.3AT	2023 / 2023	RPY-2C45	8AP359AFXPU290160	
5	FIAT	FIAT / STRADA FREEDOM 13CS	2022 / 2022	RPG-7E60	9BD281B3CNYX18427	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Secretaria Municipal de Agricultura						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
6	YAMAHA	CROSSER S ABS	2023 / 2023	RPW-0J52	9C6DG25D0P0012809	
7	YAMAHA	CROSSER S ABS	2023 / 2023	RPU-9J37	PC6DG25D0P0012805	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização		Lajedinho - BA				

Gabinete						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
8	FIAT	TORO ENDUR T270 AT6 FLEX	2023 / 2023	RPW-3J16	9882261PZPKF23679	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
9	FIAT	TORO ENDUR T270 AT6 FLEX	2023 / 2023	RPR-2B73	988226YMPKF06182	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

## LOTE: 2 – VEÍCULOS PESADOS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
1	MBENZ / ONIBUS	MBENZ / ONIBUS	2023 / 2023	RPI-0F12	9BM97282PB271027	
2	MBENZ / ONIBUS	MBENZ / ONIBUS	2023 / 2023	RPN-7B83	9BM979277PB272141	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					

Secretaria Municipal de Agricultura						
Item	Marca	Modelo	Ano Fabricação / Modelo	Placa	Chassi	Valor do Seguro R\$
3	VOLKW VW/17	VOLKW / VW/17 190 CRM 4X2 ROB	2021 / 2022	RPD-9D64	9536E8238NR050077	
Casco	100% do valor referenciado pela tabela FIPE					
Cidade de Localização	Lajedinho - BA					



P R E F E I T U R A  
**LAJEDINHO**  
A NOSSA FORÇA É NOSSO POVO

Lajedinho, Bahia, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
**FORNECEDOR**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**